


INSTITUTO

Documentação
 SOCIOAMBIENTAL
 Fonte: CB (Cidades)
 Data: 21/12/2002 Pg 10
 Class: UC/HPA 266

AEROPORTO

MP pede suspensão de obra

Daniela Paiva
 Da equipe do Correio

O Ministério Público do Distrito Federal vai entrar com uma ação civil por perdas e danos contra a Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária (Infraero), que deu início no último final de semana às obras de ampliação da segunda pista do Aeroporto Juscelino Kubitschek. Tratores começaram a rasgar o cerrado próximo ao Park Way amparados por uma licença da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh). O Ministério Público vai pedir o embargo da obra, que causou revolta entre os moradores da região.

Árvores derrubadas no chão e sinais de terra revolvida pelos tratores foram encontrados entre as quadras 25 e 29 do Park Way, Área de Proteção Ambiental (APA) Gama/Cabeça-de-Veados. Segundo Jeanine Felfili, engenheira florestal da Universidade de Brasília, o cerrado típico, característico do local, é encontrado hoje em apenas 24% do Distrito Federal.

A Infraero prevê uma pista de 3,3 km de comprimento por 145 metros de largura no local. A idéia é concentrar as decolagens na pista já existente e liberar a nova, preferencialmente, para os pousos. Uma das principais alegações da empresa para a necessidade da obra é o aumento do número de pousos e decolagens, que tem atrasado os horários dos vôos. O Juscelino Kubitschek é o aeroporto que mais cresce no país e ocupa o terceiro lugar no ranking dos mais movimentados.

Anthony Brandão, analista processual da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente, explicou que o MP tinha suspenso a obra e estava negociando com a Infraero como ampliar a pista sem prejudicar o cerrado. "A retomada das obras é crime porque estão sendo causados danos numa zona de

José Varela



TRATORES ARRANCARAM ÁRVORES ENTRE AS QUADRAS 25 E 29 DO PARK WAY, NA APA GAMA-CABEÇA DE VEADO, PARA AMPLIAR PISTA DO AEROPORTO

vida silvestre de uma unidade de conservação", explicou.

Segundo ele, a licença expedida pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos na semana passada — que permitiu o andamento das obras — é inválida. "A Constituição diz que não se pode alterar ou afetar nenhuma unidade de conservação a não ser por lei precedida de estudos técnicos e audiência pública", afirmou.

O plantão criminal do Minis-

tério Público mandou, ontem mesmo, uma recomendação endereçada à Polícia Civil. O documento mandava a 10ª DP coibir a ação da Infraero e investigar os responsáveis pela licença concedida pela secretaria.

REVOLTA

Os moradores do bairro e ambientalistas também manifestaram revolta. "Essa pista sempre nos preocupou", disse Jonas Alves da Silva, 59 anos.

Ele mora no Park Way há mais de dez anos. Aposentado do Banco do Brasil, Jonas dedica-se ao trabalho na Organização Não-Governamental Instituto Vida Verde.

Ele afirmou que grande parte da construção poderá afetar severamente a APA Gama/Cabeça-de-Veados, zona de vida silvestre. "Aqui tem muita árvore rara, como sucupira, jatobá, pequiizeiro", argumentou. Ele também reclamou que a construção da pista espantará os

animais, trará desconforto aos moradores pelo barulho das aeronaves e provocará a desvalorização dos imóveis.

Jonas registrou na Polícia Civil uma queixa por degradação à natureza e desrespeito ao Ministério Público. "A ocorrência foi baseada no artigo 40 da Lei de Crimes Ambientais número 9605, que proíbe agressão ao meio ambiente", explicou.

A Infraero não se manifestou sobre o assunto.